

2. Educação

RECONSTRUIR O ENSINO SUPERIOR, QUE O BRASIL PRECISA!

No início dos anos 2000 com a primeira eleição do ciclo de governos populares, especialmente o ensino superior no Brasil passou por mudanças significativas com ampliação do acesso . A rede federal de ensino foi expandida e interiorizada, não se limitando apenas aos grandes centros urbanos e expandindo para os mais diversos municípios brasileiro. Novos cursos foram criados, especialmente no período noturno, para facilitar o acesso de trabalhadores, além da implementação de políticas de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas. O ENEM e o Sisu também desempenharam papéis importantes na democratização do acesso à universidade pública. As universidades privadas também acompanharam essas mudanças, com o ProUni e o FIES oferecendo oportunidades para que milhões de jovens de baixa renda ingressem na universidade e completem seus estudos, seja de forma gratuita ou com bolsas parciais.

No entanto, esses avanços enfrentam ameaças constantes por setores que defendem a elitização do ensino superior e a sua conversão em um espaço restrito às camadas mais ricas da sociedade. A defesa e ampliação dessas políticas exigem organização e mobilização permanente. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, em 2023, o Brasil atingiu 8,4 milhões de estudantes matriculados no Ensino Superior, marcando um crescimento de 5,6% em relação aos anos anteriores, o maior desde 2014. No ano anterior, 51% dos estudantes cotistas das universidades federais conseguiram concluir o curso. Entre os beneficiários do ProUni, a taxa de conclusão foi de 58%, enquanto entre os não participantes, foi de 36%. No caso do FIES, 49% dos alunos que utilizaram o financiamento conseguiram terminar a graduação, em comparação a 34% dos que não utilizaram o auxílio. Esses números comprovam a importância das políticas de acesso à educação superior.

Essas transformações no acesso à universidade são conquistas históricas da UNE, e mostram que o desenvolvimento do país é o maior beneficiado com a entrada da população na universidade. Mesmo após viver anos de desmonte das políticas sociais e de ataque direto às universidades pelo o Bolsonaro, elegemos um

Governo popular e democrático, com característica central a heterogeneidade da frente ampla que o elegeu e que hoje governa, elemento essencial para a derrota da extrema-direita em 2022, conquistamos importantes lutas como reajuste das bolsas de pesquisas; a renovação da lei de cotas após seus 10 anos de implementação, o Novo PAC das universidades e a mais recente conquista para os estudantes o Pé-de-Meia Licenciatura. *Esses avanços são resultados diretos da luta do movimento estudantil, que segue pressionando o governo e o parlamento brasileiro, para que a educação seja tratada como prioridade, e não como moeda de troca com o mercado financeiro.*

No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados. A luta pela ampliação do acesso à educação, através das cotas sociais, raciais e para pessoas trans, PCDs e o vestibular indíígena só será completa com a extinção do vestibular. Para tornar esse horizonte possível, é preciso construir uma política de transição de vagas do ensino privado para o público. Da mesma maneira, é necessário defender o FIES e o PROUNI em caráter imediato, para permitir a continuidade do acesso. Porém, não podemos aceitar que esses programas de caráter transitório sejam estruturantes da política educacional no Brasil e que os tubarões de ensino controlem a maioria das vagas e o ensino do país.

]Aqueles que ingressaram na universidade após anos de exclusão social precisam de condições para permanecer e concluir seus cursos com qualidade. *A evasão universitária é um dos principais desafios da nossa geração, pois reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e a precarização das condições de vida da juventude trabalhadora.* É essencial a universalização das políticas de permanência, que com muita coragem e mobilização demos importantes passos na construção de uma universidade com mais dignidade e assistência estudantil com a aprovação em 2024 a lei do PNAES, com muita mobilização nas redes, universidades e no Congresso Nacional, fomos capaz de pressionar e reunir os mais diferentes atores e criar consenso no Parlamento brasileiro pelo objetivo de combater a evasão, Seguida do Pé-de-meia Licenciatura, programa para incentivar o ingresso, permanência e conclusão nas licenciaturas, um das variadas necessidades enfrentado pelos os estudantes no período da graduação.

Mas precisamos de muitos mais. *A educação superior precisa ser pensada dentro de um projeto de desenvolvimento soberano para o Brasil, onde a pesquisa e a produção de conhecimento sejam pilares de um modelo econômico que reduza desigualdades e promova justiça social.* É imperativo que o Governo apresente um Plano Nacional Para o Ensino Superior Brasileiro, com as bolsas do pé de meia universitário para todos os estudantes de baixa renda, para que todo estudante que acesse a universidade não abandone seu sonho por falta de condições financeiras para permanecer e concluir seu curso. Queremos a regulamentação do PNAES, para que tenhamos uma política de permanência mais sólida que abranja pontos como a moradia estudantil, os restaurantes universitários, acessibilidade, saúde mental, inclusão digital, entre outros, somente com fortalecimento desse programa teremos um política de permanência estruturada que contemple nossos anseios.

Pois quem entrou quer ficar e se formar! Queremos a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, visando a harmonizar as políticas, programas e ações de educação em todo o país, garantindo o acesso à educação básica de qualidade e com infraestrutura adequada. Neste sentido, a ampliação de investimentos públicos na educação é urgente. Nossa tarefa é impulsionar a retomada de importantes projetos que contribuem para a solução dos problemas do nosso tempo, como é o caso da retomada do REUNI, para construção e ampliação das universidades públicas.

A UNE seguiu nos seus quase 100 anos seguiu e seguirá na luta contra a mercantilização da educação e pautando a necessidade da regulamentação do ensino superior privado, que foi flexibilizado de forma indiscriminada durante os governos Temer e Bolsonaro, permitindo a oferta de cursos e a criação de universidades sem critérios mínimos de qualidade, tratando a educação como uma mercadoria. *A financeirização da educação tem transformado o ensino superior em um negócio rentável para grandes conglomerados empresariais, às custas do endividamento e da frustração dos estudantes que não conseguem completar seus cursos.* O crescimento dos cursos EaD no ensino superior privado atingiu o marco de concentrar quase metade dos número total de matrículas no ensino superior do país, segundo o censo divulgado pelo INEP em 2023. Mesmo com o aumento da oferta de vagas no ensino superior público, é nas instituições privadas de ensino

que as camadas populares mais marcam presença, seja pagando altas mensalidades ou através do Prouni e Fies. Grandes problemas imperam nesta modalidade de ensino: baixa qualidade e altas mensalidades, o que ocasiona altos índices de evasão e empurra os estudantes para uma realidade precarizada. É necessário que a educação no Brasil seja vista de forma diferente, com foco na ideia de que ela não deve ser tratada como um produto mercadológico. Para isso, é urgente frear esse avanço descomprometido e criar políticas de longo prazo que possam transferir vagas do ensino privado para o público.

A construção da universidade que o Brasil precisa não deve ser vista como uma utopia, mas como uma causa legítima e fundamental para mais conquistas no futuro e terá condições de transformação através do projeto de Reforma Universitária e com ampliação do orçamento da educação. Sendo um desafio crucial e ocupando a centralidade de nossa agenda política. *A democratização do ensino superior não pode ser apenas no acesso, mas na estruturação de um modelo universitário que dialogue com as necessidades reais da classe trabalhadora e do desenvolvimento nacional.* Mesmo com conquistas significativas alcançadas até agora, é essencial que possamos pautar o modelo de universidade que realmente desejamos, pensada por nós e para nós, com a nossa cara, cada vez mais diversa e plural, com a interdisciplinaridade entre os cursos, a curricularização da extensão, com cultura e esporte e com a retomada e finalização das obras paradas nas instituições de ensino. Garantindo assim o desenvolvimento e produção tecnológica brasileira.

A regulamentação do ensino superior privado passa pela criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), órgão responsável por garantir o cumprimento de normas de qualidade no ensino superior e estabelecer um novo marco regulatório para a educação a distância (EaD). Esse processo inclui a definição de parâmetros claros para o ensino presencial e híbrido, garantindo tutores qualificados e um modelo de avaliação que valorize a aprendizagem real. Além disso, exigimos a revogação imediata da Portaria 2117/2019, que permite que até 40% da carga horária do ensino presencial seja ministrada online, prejudicando a qualidade do ensino. *A expansão desenfreada do EaD, sem controle e sem critérios de qualidade, não pode ser a solução para a massificação do ensino superior. Pois Educação não é mercadoria!*

Como parte do desenvolvimento nacional, através da educação superior privada é essencial regulamentar o ensino superior privado por meio da criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES). Esse órgão terá a função de fiscalizar e garantir o cumprimento das normas de qualidade no ensino superior, estabelecendo um novo marco regulatório para a educação a distância (EAD).

Esse processo inclui o aprimoramento dos instrumentos de avaliação, acesso e aprendizagem, além da definição de parâmetros claros para o ensino presencial e híbrido. Também defendemos a ampliação do número de tutores em relação ao total de estudantes, assegurando formação continuada para qualificar o acompanhamento do processo formativo.

Outro ponto essencial é a revogação imediata da Portaria 2117/2019, que permite que até 40% da carga horária do ensino presencial seja ministrada online. Os estudantes pagam por um ensino presencial, mas os grandes conglomerados priorizam o EAD sem critérios de qualidade e sem regulamentação adequada. Isso compromete a essência universitária, que se baseia na integração entre ensino, pesquisa e extensão, resultando na mercantilização e desnacionalização da educação brasileira.

A UNE e o movimento estudantil seguem na luta pela recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, que ainda enfrentam os impactos dos cortes de verbas, da precarização e dos ataques dos últimos seis anos de golpe e desgoverno representados por Temer e Bolsonaro. O desmonte da pesquisa e da tecnologia nas universidades compromete a soberania nacional, tornando essencial a retomada do investimento estatal.

Para mudar essa realidade, é necessário um financiamento contínuo, estável e desvinculado de políticas de governo, garantindo autonomia e flexibilidade na gestão dos recursos. Por isso, defendemos a ampliação dos investimentos na educação pública, com a destinação de 10% do PIB, 50% do Fundo Social e 75% dos royalties do pré-sal, como fonte principal de recurso para a implementação do PNAES e do Pé-de-meia licenciatura e de ampliação do mesmo, como uma política

para os estudantes universitários e Efetivação do Sistema Nacional de Educação. Essas são algumas conquistas, realizadas no último período, mas que precisam ser plenamente implementadas na educação brasileira.

É nesse sentido que a União Nacional dos Estudantes apresenta a reforma universitária como a bandeira capaz de apontar o sentido estratégico da universidade para o Brasil. Que reúne os anseios do ensino superior, elencando os desafios e apresenta as soluções para o Brasil. Pois a universidade tem um papel fundamental na construção de um país soberano e socialmente justo, sendo um espaço de produção de conhecimento, inovação e transformação social. Com o objetivo da formação crítica do povo brasileiro e comprometidos com o desenvolvimento nacional e com a missão de promover ensino de qualidade, pesquisa científica e extensão que impactem diretamente a sociedade.

Dessa forma, a reforma universitária não é apenas uma pauta estudantil, mas uma necessidade e alternativa para toda a sociedade brasileira. Pois ao garantir educação de qualidade e acessível para todos, ela se torna a chave para enfrentar as desigualdades, fortalecer a democracia e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país.